

RECURSO ESPECIAL Nº 1.466.131 - RN (2014/0164282-0)

RELATOR : **MINISTRO GURGEL DE FARIA**
RECORRENTE : **AGENCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS**
REPR. POR : **PROCURADORIA-GERAL FEDERAL**
RECORRIDO : **POSTO TRÊS PODERES LTDA - EMPRESA DE PEQUENO PORTE**
ADVOGADO : **ANA CÉLIA FELIPE DE OLIVEIRA E OUTRO(S) - RN002455**

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto pela **AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS**, com fulcro na alínea "a" do permissivo constitucional, contra acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 5ª Região assim ementado (e-STJ fls. 201/202):

DIREITO ADMINISTRATIVO. FISCALIZAÇÃO. POSTO DE COMBUSTÍVEL. FORNECIMENTO DE PRODUTO FORA DAS ESPECIFICAÇÕES. OCORRÊNCIA DE VÍCIO DO PRODUTO. IMPOSIÇÃO DE SANÇÕES ADMINISTRATIVAS. INTERDIÇÃO DO ESTABELECIMENTO. POSSIBILIDADE. NECESSIDADE DE ADEQUAÇÃO ENTRE OS FINS E OS MEIOS. RAZOABILIDADE. CONDUTA EXORBITANTE DA ADMINISTRAÇÃO. DECOTE DOS EXCESSOS.

1. A comercialização de combustíveis fora das especificações estabelecidas pelo órgão oficial, configura vício de qualidade do produto que o torna impróprio ou inadequado ao uso e consumo, nos termos previstos no art. 18 e § 6º, do CDC.

2. Em tais situações, estabelece o art. 2º, da Lei 9.847/99, que o infrator fica sujeito a sanções, aplicáveis, inclusive, cumulativamente: "I - multa; II - apreensão de bens e produtos; III - perdimento de produtos apreendidos; IV - cancelamento do registro do produto junto à ANP; V - suspensão de fornecimento de produtos; VI - suspensão temporária, total ou parcial, de funcionamento de estabelecimento ou instalação; VII - cancelamento de registro de estabelecimento ou instalação; VIII - revogação de autorização para o exercício de atividade".

3. A comercialização de petróleo, gás natural, seus derivados e biocombustíveis fora de especificações técnicas, com vícios de qualidade ou quantidade, inclusive aqueles decorrentes da disparidade com as indicações constantes do recipiente, da embalagem ou rotulagem, que os tornem impróprios ou inadequados ao consumo a que se destinam ou lhes diminuam o valor, caracteriza infração prevista no inciso XI, do art. 3º, da Lei 9.847/99.

4. É possível a aplicação das medidas cautelares de interdição total ou parcial do estabelecimento bem como a apreensão dos bens e produtos, caso ocorra infração ao seu art. 3º, XI. Inteligência do art. 5º, incisos III e IV, da Lei 9.847/99.

5. Nos processos administrativos devem ser observados, entre outros, os critérios de adequação entre meios e fins, vedada a imposição de obrigações, restrições e sanções em medida superior àquelas estritamente necessárias ao atendimento do interesse público. Inteligência do art. 2º, parágrafo único, VI,

da Lei 9.784/99.

6. Em sendo vedada, pelo ordenamento jurídico, a imposição de restrições em medida superior às necessárias ao atendimento do interesse público, será necessário decotar o excesso a fim de promover a adequação entre os meios e os fins, do ato administrativo, em atendimento ao princípio da razoabilidade.

7. A determinação de interditar todas as quatro bombas do posto de combustíveis exorbitou o que lei preconiza, impondo sanção desarrazoada e desnecessária, em flagrante ofensa aos princípios norteadores da atividade administrativa.

8. Apelação a que se nega provimento..

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados.

Em suas razões, a recorrente aponta violação do art. 1º, III, da Lei 9.478/97 e dos arts. 3º, II, e 5º, III, § 2º, da Lei 9.847/1999,

Sustenta, preliminarmente, que não se consumou a prescrição intercorrente, tendo em vista não ter havido o arquivamento, por despacho, da execução.

Defende, em síntese, a legalidade da interdição total do estabelecimento como forma de prevenção de infrações, não cabendo ao Judiciário intervir em atos de natureza discricionária, como o caso dos autos.

Sem contrarrazões.

Passo a decidir.

Inicialmente, cumpre registrar que "aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas, até então, pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça" (Enunciado Administrativo2).

Dito isso, no que tange à alegada inexistência de prescrição intercorrente, cumpre ressaltar que as razões do recurso especial estão dissociadas dos fundamentos do acórdão recorrido, pois a matéria não foi enfrentada pela Corte de origem. Incide, no ponto, a Súmula 284 do STF, por deficiência na fundamentação.

Quanto à regularidade da sanção imposta, bem como eventual ofensa ao poder discricionário da Administração Pública, observo que o julgado recorrido entendeu que a interdição total do estabelecimento é excessiva e desnecessária, dadas as circunstâncias delineadas, com os seguintes fundamentos (e-STJ fls. 198/199):

Assim, uma vez vedada pelo ordenamento jurídico, a imposição de restrições em medida superior às necessárias ao atendimento do interesse público, será necessário decotar o excesso, para promovendo a adequação entre os meios

e os fins, do ato administrativo, em atendimento ao princípio da razoabilidade. No caso dos autos, a fiscalização o POSTO TRÊS PODERES LTDA possuía quatro (04) bombas de combustível, sendo duas delas destinadas ao abastecimento de gasolina, que se encontrava dentro dos padrões de qualidade exigidos pela ANP; já as outras duas, uma destinada ao abastecimento de álcool e a outra de diesel, continham combustíveis em desacordo com as especificações estabelecidas.

Nessa situação, a determinação de interditar todas as quatro bombas exorbitou o que lei preconiza, impondo sanção desarrazoada e desnecessária, em flagrante ofensa aos princípios que norteiam a atividade da administração, já mencionados.

Nessa quadra, dissentir da conclusão a que chegou a Corte de origem implica inevitável revolver de aspectos fático-probatórios, providência inviável em sede de recurso especial, nos termos da Súmula 7 do STJ.

Acerca da hipótese, destaco precedente:

PROCESSO CIVIL. ADMINISTRATIVO. ATOS ADMINISTRATIVOS. INFRAÇÃO ADMINISTRATIVA. MULTAS. ENTENDIMENTO FIRMADO POR JURISPRUDÊNCIA DO STJ. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. ART. 57 DO CDC. PRETENSÃO DE REEXAME FÁTICO-PROBATÓRIO. ALEGAÇÃO DE DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. INCIDÊNCIA DO ENUNCIADO N. 7 DA SÚMULA DO STJ.

I - Trata-se, na origem, de ação anulatória de ato administrativo objetivando a nulidade de multas que foram aplicadas em decorrência de infração a direito de consumidores. Na sentença, julgou-se improcedente o pedido. No Tribunal a quo, a sentença foi mantida. Esta Corte conheceu do agravo para conhecer parcialmente do recurso especial e, nessa parte, negar-lhe seguimento.

II - Com relação ao pedido de sobrestamento do feito por 180 dias, é forçoso destacar que a jurisprudência desta Corte firmou entendimento de que a suspensão dos feitos em virtude do deferimento da recuperação judicial da empresa de telefonia atinge apenas aqueles em que haja novas medidas expropriatórias, o que não é o caso dos autos. Nesse sentido, os seguintes julgados: EDcl no AgRg no AREsp 452.269/RS, Rel. Ministro Lázaro Guimarães (Desembargador convocado do TRF 5ª Região), Quarta Turma, Dje 22/11/2017; AgInt no REsp 1.679.700/SC, Rel. Ministra Maria Isabel Gallotti, Quarta Turma, Dje 18/4/2018.

III - Com relação à alegação de contrariedade ao art. 2º, parágrafo único, VI, da Lei n. 9.784/1999, o Tribunal a quo, na fundamentação do decisum, assim firmou entendimento (fls.821-823): "[...] Do que se observa, considerando que o PROCON tem poder de polícia para impor multas decorrentes de infração às normas consumeristas e, atento ao conjunto fático-probatório dos autos, tem-se que foram observados os requisitos mencionados, concluindo pela sua Proporcionalidade e Razoabilidade. Desta maneira, não há que se falar em violação aos princípios da legalidade, motivação, razoabilidade e proporcionalidade, ao passo que a pena de multa ora discutida foi graduada de acordo com as normas legais. [...]".

IV - Desse modo, tendo o Tribunal a quo concluído que a multa aplicada pelo Procon atendeu aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, tendo

sido graduada de acordo com os critérios previstos no art. 57 do CDC, a revisão do julgado, a fim de reduzir o quantum da sanção, na forma pretendida pela recorrente, implicaria, necessariamente, o revolvimento dos elementos fático-probatórios dos autos, procedimento esse vedado na via estreita do recurso especial por incidência da Súmula n. 7/STJ. Nesse passo, a incidência do óbice sumular n. 7/STJ também impede o conhecimento do dissídio jurisprudencial suscitado.

V - Agravo interno improvido.

(AgInt no AREsp 1.349.358/PR, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, SEGUNDA TURMA, julgado em 07/11/2019, DJe 18/11/2019).

PROCESSO CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. DIREITO DO CONSUMIDOR. MULTA APLICADA PELO PROCON/AL. VIOLAÇÃO DOS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS DA LEGALIDADE, DO DEVIDO PROCESSO LEGAL, DO CONTRADITÓRIO, DA AMPLA DEFESA, DA RAZOABILIDADE E DA PROPORCIONALIDADE. MATÉRIA DE ÍNDOLE CONSTITUCIONAL. INVIABILIDADE DE EXAME NESTA CORTE SUPERIOR. A MULTA ARBITRADA EM 10.000 UFIRS. RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE. IMPOSSIBILIDADE DE REEXAME FÁTICO-PROBATÓRIO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. ART. 20, § 4º. DO CPC. QUANTUM ARBITRADO RAZOÁVEL. INVIABILIDADE DE REVISÃO DA VERBA SUCUMBENCIAL. HAVENDO A INCIDÊNCIA DO ÓBICE DA SÚMULA 7/STJ, FICA PREJUDICADA A ANÁLISE DO DISSÍDIO INTERPRETATIVO. PRECEDENTES DO STJ. AGRAVO INTERNO DA CAIXA DE PECÚLIOS ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DA FUNDAÇÃO SERVIÇOS DE SAÚDE PÚBLICA-CAPESESP A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

1. O Superior Tribunal de Justiça não detém competência para examinar, em sede de Recurso Especial, eventual ofensa a princípio Constitucional, cabendo tal apreciação ao Pretório Excelso, na via recursal extraordinária.

2. Tendo o Tribunal de origem, diante das circunstâncias fáticas dos autos, concluído não estar configurada a alegada ofensa ao contraditório e inexistente cerceamento de defesa, e que a multa arbitrada em 10.000 UFIRS é razoável e proporcional, é inviável o acolhimento das alegações deduzidas no Apelo Nobre, porquanto demandaria a incursão no acervo fático-probatório da causa, medida vedada em sede de Recurso Especial.

3. A Corte de origem manteve a condenação sucumbencial arbitrada na sentença no valor de R\$ 1.000,00, sopesadas as circunstâncias necessárias e arbitrado quantum que se mostra razoável à remuneração adequada da atividade advocatícia desenvolvida, não se tratando de valor irrisório.

4. Este STJ já firmou entendimento pelo qual a alegação de divergência jurisprudencial fica prejudicada quando há a aplicação da Súmula 7/STJ às ofensas legais. Nesse sentido: AREsp 1.354.584/RS, Rel. Min. FRANCISCO FALCÃO, DJe 15.2.2019 e AgInt no REsp. 1.723.407/SP, Rel. Min. GURGEL DE FARIA, DJe 6.8.2018, dentre outros.

5. Agravo Interno Da CAIXA DE PECÚLIOS ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DA FUNDAÇÃO SERVIÇOS DE SAÚDE PÚBLICA-CAPESESP a que se nega provimento.

(AgInt no REsp 1.311.808/AL, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 29/04/2019, DJe 08/05/2019).

Ademais, é certo que ao Poder Judiciário cabe a análise das formalidades legais dos atos administrativos, não podendo rever o mérito da decisão, a qual

está inserida na esfera de discricionariedade do administrador público.

Entretanto, "os atos tidos como discricionários, exercidos pela administração pública, devem, ao fixar o *quantum* de multa ou qualquer outra penalidade, guardar os parâmetros da razoabilidade e da proporcionalidade, pois, quando exorbitantes, permitem que o Poder Judiciário adeque-os, a fim de evitar desequilíbrios inaceitáveis entre a administração e os administrados". (AgRg no AREsp 568.283/SC, Relator Ministro HUMBERTO MARTINS, Segunda Turma, DJe 24/10/2014).

Impõe-se, dessa forma, a manutenção do acórdão recorrido.

Ante o exposto, com base no art. 255, § 4º, I, do RISTJ, NÃO CONHEÇO do recurso especial. Sem arbitramento de honorários sucumbenciais recursais (art. 85, § 11, do CPC/2015), em razão do disposto no Enunciado 7 do STJ.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

MINISTRO GURGEL DE FARIA

Relator